



AMAZÔNIA

STF cobra ação pelas ianomâmis

Ministra Cármen Lúcia cita denúncia de morte de indígena de 12 anos para alertar a “barbárie” cometida há séculos contra brasileiras. Ministério Público investiga o caso e afirma combater garimpo

» LUANA PATRIOLINO

Investigação sobre o assassinato e estupro de uma menina ianomâmi, de 12 anos, em uma comunidade na região de Waikás, em Roraima, foi alvo de cobrança da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), na tarde de ontem. Durante sessão plenária na Corte, a magistrada citou a gravidade da violência contra os indígenas ao longo dos anos e classificou o crime como “perverso” e “barbárie”.

De acordo com informações divulgadas, nesta semana, pelo presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kwana (Condissii-YY), Júnior Hekurari Yanomami, a criança morreu após ser estuprada por garimpeiros na comunidade, uma das mais atingidas pela invasão de mineradores ilegais na Terra Indígena Yanomami.

Cármen Lúcia destacou ainda que as mulheres são as maiores vítimas de agressões. “A violência e a barbárie praticada contra os indígenas estão ocorrendo há 500 anos, não diferente a violência que vem

Nelson Jr./STF



ocorrendo, especialmente contra as mulheres no Brasil, de forma cada vez crescente. Parece que a civilização tem significado apenas para um grupo de homens”, disse.

“O feminicídio no Brasil vem mostrando a média de quatro mulheres mortas a cada dia, como se divulgou neste mês de março. As mulheres indígenas são massacradas sem que a sociedade e o Estado tomem as

providências eficientes para que se chegue a era dos direitos humanos para todos, não como privilégio de parte da sociedade”, completou a magistrada.

“Essa perversidade, acho, senhor presidente (Luiz Fux), é a minha palavra, não pode permanecer como dados estatísticos, como fatos normais da vida. Não são. Nem podem permanecer como notícias”, cobrou a ministra.



Essa perversidade não pode permanecer como dados estatísticos, como fatos normais da vida. Não são. Nem podem permanecer como notícias.”

Cármen Lúcia, ministra do STF

Investigação

O Ministério Público Federal (MPF) acompanha o caso. Na mesma sessão do Supremo, a vice-procuradora-geral da República, no exercício do cargo de PGR, Lindora Araújo, declarou que o órgão está atuando junto às instituições competentes para combater crimes contra indígenas.

“O MPF já acionou a Justiça e se reúne rotineiramente com

instituições envolvidas na proteção do território indígena para que se concretizem medidas de combate sistêmico ao garimpo ilegal”, afirmou.

Araújo citou a retomada de operações de fiscalização na região, o fortalecimento das bases de proteção etnoambiental e mudanças nos procedimentos adotados pelos órgãos fiscalizadores. Ela lembrou que esse trabalho se intensificou nos últimos 30 dias, a partir de relatos de crimes, como o mencionado pela ministra Cármen Lúcia.

Ela disse ainda que o MP está tomando providências para combater o garimpo ilegal em terras indígenas em Roraima como forma de “evitar novas tragédias”.

Um relatório divulgado pelo Centro de Documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em dezembro do ano passado, alertou para o aumento de 1.044% nas mortes em consequência de conflitos no campo neste ano, em comparação com 2020. Segundo o documento, o número saiu de nove para 103. A maior parte dos óbitos (101) foram de indígenas ianomâmi.

Brasil lidera ranking de devastação de florestas

» TAINÁ ANDRADE

Soou, mais uma vez, o alerta contra o desmatamento no Brasil. O monitoramento do Global Forest Watch (GFW), mostra que, no ano passado, 1,5 milhão de hectares de florestas tropicais foram derrubadas no país. A área destruída equivale a aproximadamente 15 mil quilômetros quadrados. A plataforma divulgou, ontem, que o Brasil responde por 40% da extinção de florestas no mundo. Com esses números, o país lidera o ranking mundial de perda de florestas.

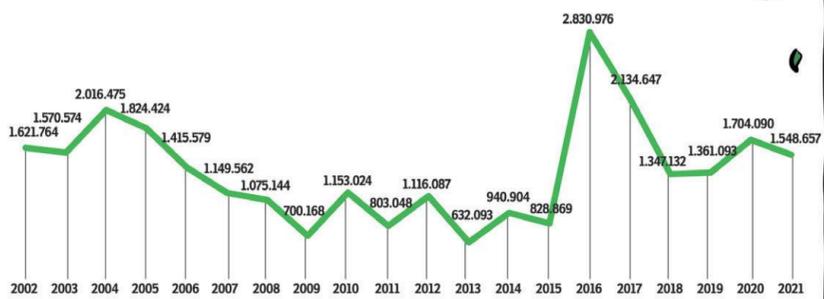
“Todos os sistemas que monitoram as florestas vinham assinalando que a curva ascendente da evolução do desmatamento ainda não havia sido reduzida no Brasil. Mas a questão é que, na comparação global, a coisa fica mais alarmante. Isso mostra, principalmente, que ainda não se conseguiu reverter o modelo de que a floresta é mais importante derrubada, para se ter outros recursos, do que de pé, que também pode gerar riquezas”, explicou Fabíola Zerbini, diretora de Florestas, Agricultura e Uso do Solo do WRI Brasil.

No mundo, o total de hectares perdidos é de 3,75 milhões. Desde 2016, o Brasil tem mantido perdas acima de 1 milhão de hectares. Apesar do número atual ter diminuído desde o último relatório, a preocupação com o território brasileiro continua sendo pela quantidade de florestas que o país detém. Segundo o GFW, cerca de um terço das florestas tropicais primárias remanescentes do mundo estão aqui. “É especialmente preocupante, pois novas evidências revelam que a Floresta Amazônica está perdendo resiliência, estando mais perto de um ponto de

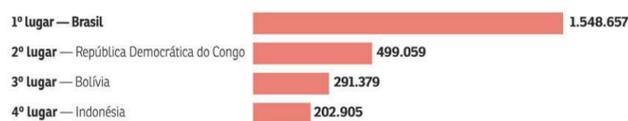
Destruição ambiental

Em 20 anos, o Global Forest Watch monitorou o desmatamento no Brasil. A destruição ambiental cresceu ao longo dos anos, mas oscilou — chegando a menos de 1 milhão de hectares devastados — entre 2009 e 2011. Os índices mantiveram-se baixos entre 2013 e 2015.

A partir de 2016, a devastação aumentou substancialmente, ultrapassando, em duas ocasiões, 2 milhões de hectares destruídos.



RANKING MUNDIAL DE PERDA DE FLORESTAS (Em hectares)



Fonte: Global Forest Watch

inflexão do que se pensava anteriormente”, observou Zerbini.

O relatório apontou as queimadas como uma das causas da devastação. Uma expansão relevante ocorreu do desmatamento no oeste da Amazônia, ao longo de estradas, como a BR-319, localizada no Norte do país, cortando de Manaus (AM) a Porto Velho (RO). Junto com isso, o aumento de áreas agrícolas foi de 9% entre 2020 e 2021.

André Guimarães, diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e membro da Coalizão do Clima, descreve o conjunto de fatores nocivos ao meio ambiente. “Hoje

existem diversas formas que incentivam uma visão de curto prazo. Projetos de lei para promover garimpos e atividades em terras indígenas, desmonte de órgãos de fiscalização, por exemplo. O agronegócio tem sua responsabilidade também [no desmatamento], porque tem alguns que não respeitam o Código Florestal. Mas não são agricultores e pecuaristas, os maiores vilões do desmatamento na Amazônia. São principalmente os grileiros, pessoas que estão se apropriando de terras públicas, que estão à margem da lei”, frisou.

Para ele, ainda, o monitoramento mostra que o Brasil

caminha na contramão do mundo, ao mesmo tempo que monta uma armadilha contra a principal fonte econômica atual: o agronegócio. “Somos um país que tem uma forte economia dependente do agronegócio, mais de 27% do PIB está ligado a esse setor. Vale dizer que grande parte da agricultura brasileira não é irrigada, depende de ciclos naturais de chuva, e o desmatamento altera isso. Então, outra consequência do desmatamento é colocar em risco a agricultura, por consequência a economia”, correlacionou.

“O mundo, hoje, está preocupado com o desmatamento,

os nossos clientes estão alarmados com os índices de desmatamento por causa das mudanças climáticas. Esse resultado mostra que o Brasil está na contramão. Enquanto o mundo busca formas de reduzir as mudanças climáticas, essa seria a grande contribuição brasileira”, completou.

Zerbini considera que o diagnóstico é um chamado para o enfrentamento. “O Brasil tem muito conhecimento, tem inteligência em torno de como reverter esse dado. Acredito que, mais uma vez à frente desse alarme, iniciativas devem ser fortalecidas”, comentou.

COVID-19

Vacinas não causaram morte de crianças

» MARIA EDUARDA CARDIM

O Ministério da Saúde informou que nenhuma criança e adolescente entre 5 e 18 anos morreu por consequência de reações à vacina contra a covid-19. O dado consta do último boletim epidemiológico da covid-19 divulgado pela pasta. O ministério investigou 38 eventos adversos graves com desfecho de óbito notificados pelas vigilâncias municipais e estaduais. Nenhum deles, entretanto, tem relação com as vacinas.

“Até o momento, não há registro de evento adverso pós-vacinação com desfecho de óbito na faixa etária de cinco a menores de 18 anos com relação causal com as vacinas utilizadas confirmada”, informou o boletim, divulgado na última terça-feira. Antes de incluir crianças e adolescentes como público-alvo da campanha de vacinação da covid-19, a pasta comandada pelo ministro Marcelo Queiroga incitou dúvidas sobre a segurança do imunizante para essa faixa etária. O governo chegou a lançar uma consulta pública sobre a imunização desse grupo.

Além disso, o governo federal cogitou a necessidade de prescrição médica para a vacinação de crianças. Segundo especialistas, a exigência geraria um receio desnecessário e, consequentemente, uma hesitação vacinal. Causaria, ainda, uma enorme procura à rede pública de saúde para a obtenção do documento.

Impacto positivo

Passados quase quatro meses do início da imunização deste grupo etário, a pasta reforça a segurança das vacinas. No boletim, o Ministério da Saúde afirma que as vacinas utilizadas no Brasil “apresentam excelente perfil de risco benefício” e já geraram um “impacto extremamente positivo na saúde da população brasileira, com a redução expressiva dos casos, internações e óbitos pela doença”.

Após a investigação dos 38 eventos adversos graves com desfecho de óbito de crianças e adolescentes, 23 foram classificados como eventos coincidentes ou inconsistentes; 13 foram encerrados como inclassificáveis pela ausência de dados na investigação; e dois apresentaram dados conflitantes para estabelecer relação causal com a vacinação.

As vacinas utilizadas nessa faixa etária são o imunizante da Pfizer e a CoronaVac, ambos aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O relatório aponta que, na faixa de 5 a 18 anos, foram registrados 3.463 casos de evento adverso pós-vacinação. A maioria, 87,9%, foi de eventos adversos não graves, e 12,1% foram considerados eventos adversos graves. Segundo dados do Localiza SUS, até o momento, apenas 4,7 milhões de crianças de 5 a 11 anos completaram o esquema vacinal com duas doses de imunizante contra covid-19.

A quantidade de imunizados é pequena. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que existam, aproximadamente, 20,5 milhões de pessoas entre 5 e 11 anos no Brasil. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 10,9 milhões de pessoas deste grupo etário já tomaram a primeira dose. Quando se observa os adolescentes entre 12 e 17 anos, 12,2 milhões de pessoas já concluíram o esquema vacinal.

